



# CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

Estado do Paraná

## PROJETO DE LEI Nº. 004/2026

**SÚMULA:** Dispõe sobre a implantação do auxílio-alimentação aos servidores do Poder Legislativo Municipal e dá outras providências.

A Mesa Executiva do Poder Legislativo do Município de Foz do Jordão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas pelo Regimento Interno, apresenta o seguinte Projeto de Lei:

**Art. 1º** - Fica autorizado o Poder Legislativo Municipal a INSTITUIR o auxílio-alimentação mensal aos servidores públicos efetivos e comissionados do Poder Legislativo, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), a ser concedido por meio de cartão magnético via sistema de débito e/ou assemelhado.

§ 1º. O auxílio-alimentação terá título de indenização, de natureza precária, transitória e mensal e será pago pelo Poder Legislativo, juntamente aos vencimentos dos servidores.

§ 2º. O auxílio-alimentação será discriminado em campo próprio no recibo de pagamento, de modo que indique sua natureza e valor.

§ 3º. Não farão jus à indenização prevista nesta Lei, os servidores que tenham assumido cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, eletivos no legislativo municipal, bem como, os agentes políticos ocupantes dos cargos de secretários municipais.

§ 4º. O servidor que acumule dois cargos públicos terá direito a somente um auxílio-alimentação.

**Art. 2º** - O valor citado no caput será alterado anualmente, na mesma data e pelo mesmo índice utilizado para a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos do Poder Legislativo, a partir do exercício subsequente ao da entrada em vigor desta Lei.

**Art. 3º.** O auxílio alimentação será concedido mensalmente ao servidor no efetivo exercício de suas funções, exceto quando se encontre afastado, por prazo superior a 10 (dez) dias por qualquer das licenças previstas no artigo 128 da Lei Municipal nº. 05/97, Estatuto dos Servidores.

§ 1º - A servidora em "licença gestante", prevista no inciso XIV do Art. 128 da Lei complementar nº. 05/97, fará jus ao recebimento do auxílio alimentação.

§ 2º - Os servidores que, no período de 01 (um) mês, que ultrapassarem o limite de 03 (três) faltas, não justificadas, não farão jus à indenização, ressalvados os casos de decretação de pontos facultativos, suspensão do expediente, viagens por motivo do trabalho e/ou capacitação autorizados pelas chefias imediatas.

**Art. 4º.** O benefício instituído por esta Lei não será, em hipótese alguma:

- I. Incorporado ao vencimento;
- II. Caracterizado como salário utilidade ou prestação salarial *in natura*;
- III. Configurado como rendimento tributável, nem sofrerá incidência de contribuição para o Regime Geral de Previdência Social ou para o Regime Próprio de Previdência Privada;

LEITURA - 1ª SESSÃO - 1º PERÍODO

03 | 02 | 2026

APROVADO EM 1ª VOTAÇÃO

10 | 02 | 2026

APROVADO EM 2ª VOTAÇÃO

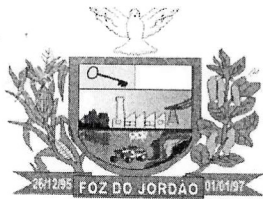
19 | 02 | 2026

APROVADO EM 3ª VOTAÇÃO

24 | 02 | 2026

ENCAMINHADO AS COMISSÕES

03 | 02 | 2026



## **CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO**

Estado do Paraná

IV. Utilizado como parâmetro de cálculo para aferição de margens de empréstimos consignáveis;

V. Objeto de descontos, a não ser aqueles previstos nesta Lei.

**Art. 5º.** As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 6º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, iniciando-se sua aplicação em 1º de abril de 2026.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Foz do Jordão-PR, em 27 de Janeiro de 2026.

**MICHAEL JOSÉ MAROLETTO**  
1º Secretário

  
**JOELI ALMEIDA DE MORAES**  
Presidente  
**JOELSON DE DEUS RAMOS**  
2º Secretário





# **CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO**

Estado do Paraná

## **JUSTIFICATIVA**

**Excelentíssimos Senhores Vereadores e nobres edis:**

Cumprimentando-os cordialmente, encaminho à Vossas Excelências, através da presente Mensagem, para a devida apreciação deste egrégio Legislativo, o incluso Projeto de Lei nº. 004/2026 – Súmula: Dispõe sobre a implantação do auxílio-alimentação aos servidores do Poder Legislativo Municipal e dá outras providências.

Por intermédio do presente, dirigimo-nos à Vossas Excelências para encaminhar o presente Projeto de Lei que institui, no âmbito do Poder Legislativo Municipal de Foz do Jordão, o Auxílio Alimentação, como forma de valorização dos servidores públicos municipais e de promoção de melhores condições de vida, dignidade funcional e fortalecimento da eficiência administrativa.

O Auxílio Alimentação terá o valor mensal base de R\$ 200,00 (duzentos reais), com intuito de contribuir para a subsistência dos servidores, auxiliando nas despesas com alimentação.

O auxílio alimentação será implantado via cartão e será utilizado exclusivamente no comércio local, o que proporcionará ainda fortalecimento da economia local.


O benefício citado possui natureza indenizatória, não compondo a remuneração dos servidores, nem gerando encargos sociais ou reflexos em férias, 13º salário, aposentadoria ou pensão.

Por essa razão, não integram o câmputo do índice de despesa com pessoal previsto na Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Diante do exposto, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação desta Casa de Leis, certos de que representa uma medida justa, eficiente e juridicamente adequada, em benefício do funcionalismo público e da boa administração. Ainda renovamos nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Foz do Jordão-PR, em 27 de Janeiro de 2026.

  
**MICHAEL JOSÉ MAROLETTO**  
1º Secretário

  
**JOELI ALMEIDA DE MORAES**  
Presidente

  
**JOELSON DE DEUS RAMOS**  
2º Secretário





# **CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO**

## **Estado do Paraná**

### **ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO - FINANCEIRO - PROJETO DE LEI Nº. 004/2026**

Dispõe sobre a implantação do auxílio-alimentação aos servidores do Poder Legislativo Municipal e dá outras providências.

#### **MOTIVAÇÃO**

O presente estudo, que visa a medir, por estimativa, o impacto da implantação do auxílio-alimentação aos servidores do Poder Legislativo Municipal:

Projeto de Lei nº. 004/2026 cuja SÚMULA: Dispõe sobre a implantação do auxílio-alimentação aos servidores do Poder Legislativo Municipal e dá outras providências.

**Art. 1º** - Fica autorizado o Poder Legislativo Municipal a INSTITUIR o auxílio-alimentação mensal aos servidores públicos efetivos e comissionados do Poder Legislativo, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), a ser concedido por meio de cartão magnético via sistema de débito e/ou assemelhado.

**Art. 6º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, iniciando-se sua aplicação em 1º de abril de 2026.

#### **METODOLOGIA**

Adotou-se o cálculo simplificado pelo total da implantação a partir de abril de 2026, considerando os 5 Servidores Efetivos e 5 Servidores nomeados para ocupar Cargos em Comissão;

No tocante à taxa de atualização do impacto projetado a exercícios futuros, foi consultada a expectativa de crescimento no Produto Interno Bruto nacional, a qual tem uma estimativa de inflação de inflação para os próximos anos de, 3,99% para 2026 e 3,8% para 2027. O PIB corresponde ao marcador macroeconômico de maior abrangência, tendo forte influência sobre a estimativa da dinâmica inflacionária.

Definição das Premissas Básicas:

- **Número de funcionários:** 10 Servidores;
- **Valor do VA por dia/mês:** R\$ 9,09 por dia, R\$ 200,00 por mês;
- **Dias úteis/trabalhados:** Média de dias por mês (22 dias) ou dias úteis no ano;
- **Desconto em folha (Coparticipação):** Não haverá coparticipação;

#### **MEMÓRIA DE CÁLCULO**

**A. Cálculo Mensal Atual:** R\$ 0,00;

**B. Cálculo Mensal Proposto:** R\$ 2.000,00;

**C. Cálculo do Impacto Mensal:** R\$ 2.000,00;

**D. Cálculo do Impacto Anual:** R\$ 24.000,00;



# CÂMARA MUNICIPAL DE FÓZ DO JORDÃO

Estado do Paraná

**TABELA I - ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO**

Situação atual	Situação atual	Impacto total 2026	Impacto total 2027	Impacto total 2028
10 servidores	Valor	Valor	Recomp. Inf. 3,99%	Recomp. Inf. 3,8%
	0,00	18.000,00	24.957,60	25.905,99

**DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**

PREVISÃO			
Exercício Financeiro	Valores	Impacto	Percentual
Previsão para 2026	43.424.001,00	18.000,00	0,04%
Previsão para 2027	45.074.113,04	24.957,60	0,05%
Previsão para 2028	46.651.706,99	25.905,99	0,05%
* A previsão esta amparada na projeção de receita para 2026 e expectativa de crescimento no Produto Interno Bruto nacional para 2027 e 2028.			

Declaração de Adequação Orçamentária (LRF, Art. 16):

1. **Disponibilidade Financeira:** O aumento da despesa decorrente da criação do auxílio-alimentação deve possuir adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
2. **Natureza da Despesa:** Por se tratar de verba de natureza **indenizatória**, o auxílio-alimentação **não é computado** no limite de gastos com pessoal (Art. 18, § 1º da LRF), facilitando o cumprimento dos limites prudenciais do Poder Legislativo.
3. **Fonte de Custeio:** A despesa correrá por conta de dotações orçamentárias próprias da Câmara Municipal, suplementadas se necessário, mediante anulação parcial ou total de dotações de custeio.

## CONCLUSÃO

Diante dos cálculos apresentados, o impacto financeiro para o exercício de implantação (2026) é estimado em **R\$ 18.000,00**. Tal montante demonstra **baixa magnitude** em face ao orçamento global do Poder Legislativo, não representando risco ao cumprimento das metas fiscais ou aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Ressalta-se, todavia, que esta análise deve ser interpretada sob o prisma da **juridicidade**, considerando-se, para fins de adequação orçamentária, a concepção de **efeitos virtuais** (ou potenciais), garantindo que a dotação orçamentária suporte a execução pretendida sem prejuízo ao equilíbrio das contas públicas.

Foz do Jordão, 27 de janeiro de 2026.

  
**DEGELSO STRAPAZZON**  
Contador CRC-PR 038.597





## **CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO**

Estado do Paraná

### **PARECER JURÍDICO Nº 004/2026**

**INTERESSADO:** Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR)

**ASSUNTO:** Projeto de Lei nº 004/2026 – Instituição de Auxílio-Alimentação. 1. RELATÓRIO

Submete-se ao exame deste advogado o Projeto de Lei nº 004/2026, de autoria da Mesa Executiva, que propõe a criação de auxílio-alimentação, no valor mensal de R\$ 200,00 (duzentos reais), destinado aos servidores efetivos e comissionados do Poder Legislativo de Foz do Jordão.

A proposição define a natureza indenizatória da verba, estabelece critérios de concessão e veda o acúmulo e a incorporação ao vencimento. A vigência está prevista para 1º de abril de 2026.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO**

### **2.1. Da Competência e Iniciativa**

A iniciativa da Mesa Executiva para dispor sobre a organização administrativa e a remuneração de seus servidores encontra amparo no **Art. 51, inciso IV, da Constituição Federal** (aplicado por simetria aos Municípios) e na Lei Orgânica Municipal. Compete à Câmara Municipal a gestão de seus quadros e a fixação de vantagens pecuniárias.

### **2.2. Da Natureza Indenizatória**

O Art. 1º, §1º e o Art. 4º do Projeto guardam perfeita sintonia com o ordenamento pátrio ao fixar a natureza **indenizatória** do benefício. Por não possuir natureza salarial, o auxílio-alimentação não se incorpora aos proventos, não sofre incidência de contribuição previdenciária e nem de imposto de renda.

Conforme lição de Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

"As indenizações não se destinam a retribuir o trabalho, mas a compensar despesas feitas pelo servidor em razão do serviço; por isso, não se incorporam à remuneração, não são computadas para efeito de limites constitucionais e sobre elas não incide contribuição previdenciária." (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 33. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020).

### **2.3. Da Jurisprudência Consolidada**

O Superior Tribunal de Justiça (STF) e o Supremo Tribunal Federal (STF) já pacificaram o entendimento sobre a legalidade de tais verbas, inclusive sobre a exclusão de aposentados e agentes políticos, conforme previsto no §3º do Art. 1º do Projeto:





## CÂMARA MUNICIPAL DE FÓZ DO JORDÃO

Estado do Paraná

**STF - Súmula Vinculante 55:** "O direito ao auxílio-alimentação não se estende aos servidores inativos."

**STF - RE 710.293:** Reconhece que o auxílio-alimentação é destinado a cobrir despesas do servidor em atividade, reforçando o caráter propter laborem (em razão do trabalho).

### 2.4. Da Responsabilidade Fiscal (LRF)

Sendo a criação de uma nova vantagem pecuniária, o projeto deve observar o **Art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF)**. Por se tratar de verba indenizatória, ela **não é computada para o cálculo do limite de despesa com pessoal** (conforme Art. 19, §1º, VI da LRF). Contudo, exige-se:

1. Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;
2. Declaração do ordenador de despesas sobre a adequação orçamentária.

### 3. ANÁLISE TÉCNICA DO TEXTO

- **Crítérios de Assiduidade:** O Art. 3º estabelece critérios razoáveis de fruição, vinculando o benefício ao efetivo exercício, o que reforça sua natureza indenizatória.
- **Vedação de Acúmulo:** O §4º do Art. 1º evita o enriquecimento sem causa em casos de acumulação lícita de cargos.
- **Atualização Anual:** O Art. 2º prevê a correção pelo índice da revisão geral, garantindo a preservação do valor real frente à inflação, em conformidade com o princípio da eficiência.

### 4. CONCLUSÃO

Do ponto de vista **jurídico e constitucional**, o Projeto de Lei nº 004/2026 está em conformidade com as normas vigentes. Sua redação observa a técnica legislativa e os princípios da Administração Pública.

Esta Assessoria opina pela **CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE** da matéria, condicionando sua aprovação definitiva à juntada do **Impacto Orçamentário e Financeiro** pelo setor competente, para pleno atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal.

É o parecer.

Foz do Jordão – PR, 03 de fevereiro de 2026.

Sérgio Brasil  
Advogado/OAB 57369



# **CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO**

## **Estado do Paraná**

### **COMISSÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**Parecer:** 004/2026.

**Data:** 04 de Fevereiro de 2026.

**Matéria:** PROJETO DE LEI Nº. 004/2026.

**Relator:** IVAN PINHEIRO DA SILVA.

**Autor:** PODER LEGISLATIVO.

**Conclusão do Voto:** FAVORÁVEL.

**SÚMULA:** Dispõe sobre a implantação do auxílio-alimentação aos servidores do Poder Legislativo Municipal e dá outras providências.

### **PROJETO DE LEI Nº. 004/2026**

A Mesa Executiva do Poder Legislativo do Município de Foz do Jordão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas pelo Regimento Interno, apresenta o seguinte Projeto de Lei:

**Art. 1º** - Fica autorizado o Poder Legislativo Municipal a INSTITUIR o auxílio-alimentação mensal aos servidores públicos efetivos e comissionados do Poder Legislativo, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), a ser concedido por meio de cartão magnético via sistema de débito e/ou assemelhado.

**§ 1º.** O auxílio-alimentação terá título de indenização, de natureza precária, transitória e mensal e será pago pelo Poder Legislativo, juntamente aos vencimentos dos servidores.

**§ 2º.** O auxílio-alimentação será discriminado em campo próprio no recibo de pagamento, de modo que indique sua natureza e valor.

**§ 3º.** Não farão jus à indenização prevista nesta Lei, os servidores que tenham assumido cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, eletivos no legislativo municipal, bem como, os agentes políticos ocupantes dos cargos de secretários municipais.

**§ 4º.** O servidor que acumule dois cargos públicos terá direito a somente um auxílio-alimentação.

**Art. 2º** - O valor citado no caput será alterado anualmente, na mesma data e pelo mesmo índice utilizado para a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos do Poder Legislativo, a partir do exercício subsequente ao da entrada em vigor desta Lei.

**Art. 3º.** O auxílio alimentação será concedido mensalmente ao servidor no efetivo exercício de suas funções, exceto quando se encontre afastado, por prazo superior a 10 (dez) dias por qualquer das licenças previstas no artigo 128 da Lei Municipal nº. 05/97, Estatuto dos Servidores.

**§ 1º** - A servidora em "licença gestante", prevista no inciso XIV do Art. 128 da Lei complementar nº. 05/97, fará jus ao recebimento do auxílio alimentação.

**§ 2º** - Os servidores que, no período de 01 (um) mês, que ultrapassarem o limite de 03 (três) faltas, não justificadas, não farão jus à indenização, ressalvados os casos de decretação de pontos facultativos, suspensão do expediente, viagens por motivo do trabalho e/ou capacitação autorizados pelas chefias imediatas.

**Art. 4º.** O benefício instituído por esta Lei não será, em hipótese alguma:

- I. Incorporado ao vencimento;
- II. Caracterizado como salário utilidade ou prestação salarial *in natura*;
- III. Configurado como rendimento tributável, nem sofrerá incidência de contribuição para o Regime Geral de Previdência Social ou para o Regime Próprio de Previdência Privada;
- IV. Utilizado como parâmetro de cálculo para aferição de margens de empréstimos consignáveis;
- V. Objeto de descontos, a não ser aqueles previstos nesta Lei.

**Art. 5º.** As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 6º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, iniciando-se sua aplicação em 1º de abril de 2026.





# **CÂMARA MUNICIPAL DE FÓZ DO JORDÃO**

Estado do Paraná

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Foz do Jordão-PR, em 27 de Janeiro de 2026.

**JOCELI ALMEIDA DE MORAES**

**Presidente**

**MICHAEL JOSÉ MAROLETTO**

**1º Secretário**

**JOELSON DE DEUS RAMOS**

**2º Secretário**

## **JUSTIFICATIVA**

**Excelentíssimos Senhores Vereadores e nobres edis:**

Cumprimentando-os cordialmente, encaminho à Vossas Excelências, através da presente Mensagem, para a devida apreciação deste egrégio Legislativo, o incluso Projeto de Lei nº. 004/2026 – Súmula: Dispõe sobre a implantação do auxílio-alimentação aos servidores do Poder Legislativo Municipal e dá outras providências.

Por intermédio do presente, dirigimo-nos à Vossas Excelências para encaminhar o presente Projeto de Lei que institui, no âmbito do Poder Legislativo Municipal de Foz do Jordão, o Auxílio Alimentação, como forma de valorização dos servidores públicos municipais e de promoção de melhores condições de vida, dignidade funcional e fortalecimento da eficiência administrativa.

O Auxílio Alimentação terá o valor mensal base de R\$ 200,00 (duzentos reais), com intuito de contribuir para a subsistência dos servidores, auxiliando nas despesas com alimentação.

O auxílio alimentação será implantado via cartão e será utilizado exclusivamente no comércio local, o que proporcionará ainda fortalecimento da economia local.

O benefício citado possui natureza indenizatória, não compondo a remuneração dos servidores, nem gerando encargos sociais ou reflexos em férias, 13º salário, aposentadoria ou pensão.

Por essa razão, não integram o câputo do índice de despesa com pessoal previsto na Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Diante do exposto, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação desta Casa de Leis, certos de que representa uma medida justa, eficiente e juridicamente adequada, em benefício do funcionalismo público e da boa administração. Ainda renovamos nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Foz do Jordão-PR, em 27 de Janeiro de 2026.

**JOCELI ALMEIDA DE MORAES**

**Presidente**

**MICHAEL JOSÉ MAROLETTO**

**1º Secretário**

**JOELSON DE DEUS RAMOS**

**2º Secretário**





# CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

Estado do Paraná

## CONCLUSÃO DO VOTO:

A Comissão de Justiça e Redação da Câmara Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, procedeu-se a análise do **Projeto de Lei nº. 004/2026**, e exarou entendimento pela regularidade da tramitação da matéria, com fulcro na fundamentação apresentada e em consonância com o **Parecer do Jurídico da Câmara Municipal nº. 004/2026**.


O Vereador Presidente da Comissão Justiça e Redação MICHAEL JOSÉ MAROLETTO, considerando a argumentação apresentada, emite VOTO FAVORÁVEL a tramitação da matéria.

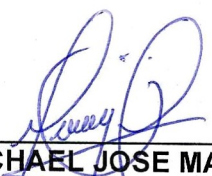
O Vereador Relator da Comissão Justiça e Redação IVAN PINHEIRO DA SILVA, considerando a argumentação apresentada, emite VOTO FAVORÁVEL a tramitação da matéria.

O Vereador Membro da Comissão Justiça e Redação JOELSON DE DEUS RAMOS, considerando a argumentação apresentada, emite VOTO FAVORÁVEL a tramitação da matéria.

Diante dos fundamentos legais e observado a Lei Orgânica e o Regimento Interno, esta Comissão, depois da análise realizada, disponibiliza o presente **VOTO FAVORÁVEL** à tramitação da matéria.

Sala das Comissões, em 04 de Fevereiro de 2026.

  
\_\_\_\_\_  
**IVAN PINHEIRO DA SILVA**  
Relator

  
\_\_\_\_\_  
**MICHAEL JOSÉ MAROLETTO**  
Presidente

  
\_\_\_\_\_  
**JOELSON DE DEUS RAMOS**  
Membro



# **CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO**

## **Estado do Paraná**

### **COMISSÃO FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**Parecer:** 004/2026.

**Data:** 05 de Fevereiro de 2026.

**Matéria:** PROJETO DE LEI Nº. 004/2026.

**Autor:** PODER LEGISLATIVO.

**Relator:** EDER SAVI.

**Conclusão do Voto:** FAVORÁVEL.

**SÚMULA:** Dispõe sobre a implantação do auxílio-alimentação aos servidores do Poder Legislativo Municipal e dá outras providências.

### **PROJETO DE LEI Nº. 004/2026**

A Mesa Executiva do Poder Legislativo do Município de Foz do Jordão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas pelo Regimento Interno, apresenta o seguinte Projeto de Lei:

**Art. 1º** - Fica autorizado o Poder Legislativo Municipal a INSTITUIR o auxílio-alimentação mensal aos servidores públicos efetivos e comissionados do Poder Legislativo, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), a ser concedido por meio de cartão magnético via sistema de débito e/ou assemelhado.

**§ 1º.** O auxílio-alimentação terá título de indenização, de natureza precária, transitória e mensal e será pago pelo Poder Legislativo, juntamente aos vencimentos dos servidores.

**§ 2º.** O auxílio-alimentação será discriminado em campo próprio no recibo de pagamento, de modo que indique sua natureza e valor.

**§ 3º.** Não farão jus à indenização prevista nesta Lei, os servidores que tenham assumido cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, eletivos no legislativo municipal, bem como, os agentes políticos ocupantes dos cargos de secretários municipais.

**§ 4º.** O servidor que acumule dois cargos públicos terá direito a somente um auxílio-alimentação.

**Art. 2º** - O valor citado no caput será alterado anualmente, na mesma data e pelo mesmo índice utilizado para a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos do Poder Legislativo, a partir do exercício subsequente ao da entrada em vigor desta Lei.

**Art. 3º.** O auxílio alimentação será concedido mensalmente ao servidor no efetivo exercício de suas funções, exceto quando se encontre afastado, por prazo superior a 10 (dez) dias por qualquer das licenças previstas no artigo 128 da Lei Municipal nº. 05/97, Estatuto dos Servidores.

**§ 1º** - A servidora em "licença gestante", prevista no inciso XIV do Art. 128 da Lei complementar nº. 05/97, fará jus ao recebimento do auxílio alimentação.

**§ 2º** - Os servidores que, no período de 01 (um) mês, que ultrapassarem o limite de 03 (três) faltas, não justificadas, não farão jus à indenização, ressalvados os casos de decretação de pontos facultativos, suspensão do expediente, viagens por motivo do trabalho e/ou capacitação autorizados pelas chefias imediatas.

**Art. 4º.** O benefício instituído por esta Lei não será, em hipótese alguma:

- I. Incorporado ao vencimento;
- II. Caracterizado como salário utilidade ou prestação salarial *in natura*;
- III. Configurado como rendimento tributável, nem sofrerá incidência de contribuição para o Regime Geral de Previdência Social ou para o Regime Próprio de Previdência Privada;
- IV. Utilizado como parâmetro de cálculo para aferição de margens de empréstimos consignáveis;

V. Objeto de descontos, a não ser aqueles previstos nesta Lei.

**Art. 5º.** As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.





## **CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO**

**Estado do Paraná**

**Art. 6º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, iniciando-se sua aplicação em 1º de abril de 2026.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Foz do Jordão-PR, em 27 de Janeiro de 2026.

**JOCELI ALMEIDA DE MORAES**

**Presidente**

**MICHAEL JOSÉ MAROLETTO**

**1º Secretário**

**JOELSON DE DEUS RAMOS**

**2º Secretário**

### **JUSTIFICATIVA**

**Excelentíssimos Senhores Vereadores e nobres edis:**

Cumprimentando-os cordialmente, encaminho à Vossas Excelências, através da presente Mensagem, para a devida apreciação deste egrégio Legislativo, o incluso Projeto de Lei nº. 004/2026 – Súmula: Dispõe sobre a implantação do auxílio-alimentação aos servidores do Poder Legislativo Municipal e dá outras providências.

Por intermédio do presente, dirigimo-nos à Vossas Excelências para encaminhar o presente Projeto de Lei que institui, no âmbito do Poder Legislativo Municipal de Foz do Jordão, o Auxílio Alimentação, como forma de valorização dos servidores públicos municipais e de promoção de melhores condições de vida, dignidade funcional e fortalecimento da eficiência administrativa.

O Auxílio Alimentação terá o valor mensal base de R\$ 200,00 (duzentos reais), com intuito de contribuir para a subsistência dos servidores, auxiliando nas despesas com alimentação.

O auxílio alimentação será implantado via cartão e será utilizado exclusivamente no comércio local, o que proporcionará ainda fortalecimento da economia local.

O benefício citado possui natureza indenizatória, não compondo a remuneração dos servidores, nem gerando encargos sociais ou reflexos em férias, 13º salário, aposentadoria ou pensão.

Por essa razão, não integram o cômputo do índice de despesa com pessoal previsto na Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Diante do exposto, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação desta Casa de Leis, certos de que representa uma medida justa, eficiente e juridicamente adequada, em benefício do funcionalismo público e da boa administração. Ainda renovamos nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Foz do Jordão-PR, em 27 de Janeiro de 2026.

**JOCELI ALMEIDA DE MORAES**

**Presidente**

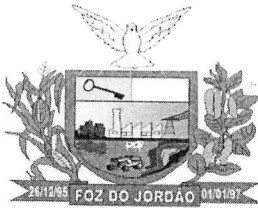
**MICHAEL JOSÉ MAROLETTO**

**1º Secretário**

**JOELSON DE DEUS RAMOS**

**2º Secretário**





**CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO**  
Estado do Paraná

**CONCLUSÃO DO VOTO:**

A Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, procedeu-se a análise do **Projeto de Lei nº. 004/2026**, e exarou entendimento pela regularidade da tramitação da matéria, com fulcro na fundamentação apresentada e em consonância com o **Parecer do Jurídico da Câmara Municipal nº. 004/2026**.

O Vereador Presidente da Comissão Finanças e Orçamento CRISTNEI ANTONIO CLEIN, considerando a argumentação apresentada, emite VOTO FAVORÁVEL a tramitação da matéria.

O Vereador Relator da Comissão Finanças e Orçamento EDER SAVI, considerando a argumentação apresentada, emite VOTO FAVORÁVEL a tramitação da matéria.

O Vereador Membro da Comissão Finanças e Orçamento PAULO RICARDO POLI COSTA, considerando a argumentação apresentada, emite VOTO FAVORÁVEL a tramitação da matéria.

Diante dos fundamentos legais e observado a Lei Orgânica e o Regimento Interno, esta Comissão, depois da análise realizada, disponibiliza o presente **VOTO FAVORÁVEL** à tramitação da matéria.

Sala das Comissões, em 05 de Fevereiro de 2026.

CRISTNEI ANTONIO CLEIN  
Presidente

EDER SAVI  
Relator

PAULO RICARDO POLI COSTA  
Membro



## **CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO**

Estado do Paraná

### ***CERTIDÃO***

Eu Joceli Almeida de Moraes, Presidente da Câmara Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, **Certifico** para os devidos fins de direito, que o **Projeto de Lei nº. 004/2026** foi aprovado na 4ª Sessão do 1º Período Legislativo Ordinário em 24 de Fevereiro de 2026.

E, por ser verdade, firmo o presente para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Foz do Jordão, Pr., 24 de Fevereiro de 2026.

**JOCELI ALMEIDA DE MORAES**  
Presidente da Câmara